

Apresentação

Literaturas de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, Cultura e Política

Quando pensamos no Dossiê Literaturas de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, Cultura e Política, queríamos discutir como projetos de poder político, heteropatriarcal, colonial, social ou étnico-racial eram representados pelos textos literários. O ano de 2019 pedia essa reflexão, uma vez que havia, naquele momento, uma ascensão de conservadorismos, insurgências de partidos da extrema direita, descaso e xenofobia com refugiados de guerra civil, ataques à liberdade de expressão, crimes raciais e várias tentativas de deslegitimar as demandas de identidades não-hegemônicas. Víamos a Literatura como um território de resistência de sujeitos e de memórias frente as várias forças de esquecimento e de silenciamento.

Entretanto, no final de 2019, esse cenário se tornou agudo com o aparecimento de um novo coronavírus, o SARS-CoV-2, responsável pela COVID 19. Então, os modos de vida na sociedade mudaram drasticamente com lockdowns, toques de recolher e quarentenas sendo decretados; epidemia se transformando em pandemia; escolas e universidades fechando; trabalho remoto substituindo o presencial; o risco do desabastecimento dos supermercados; o uso de máscaras fazendo parte das nossas vestimentas comuns; o desemprego e a fome aumentando em todos os países e milhares de pessoas perdendo a vida por causa do novo coronavírus. Seria ingenuidade afirmar que a pandemia afetou igualmente a todos, não reconhecendo que o coronavírus age conforme as sociedades são organizadas.

Infelizmente, em muitos países, ainda é difícil termos um levantamento preciso de como as vulnerabilidades distintas aprofundam a pandemia, sobretudo porque, além da doença, convivemos com o seu negacionismo. Se o negacionismo vira política de Estado, podemos ver o tamanho do problema em produzir esses dados relacionando a pandemia a nossas sociedades desiguais. Assim, reconhecemos que recortes sociais, geopolíticos, de gênero, de classe e de raça devem ser levados em conta para uma real

análise da situação. Então, voltamos ao tema do nosso dossiê, observando que a pandemia tornou o nosso debate muito mais do que necessário.

Como nós, os organizadores desse dossiê, somos três professores-pesquisadores de diferentes nacionalidades, achamos pertinente que cada um de nós falássemos um pouco de como Brasil, Portugal e Escócia viveram e estão vivendo esse momento. Queremos, com esse gesto, nos mostrar como sujeitos históricos e ratificar a importância do registro para a manutenção da memória.

Prof. Dr. Paul Melo e Castro – Escócia

“Apesar de os grossos erros cometidos pelo governo conservador britânico chefiado por Boris Johnson (falta de seriedade nos primeiros dias da pandemia, reticência em implementar um confinamento por medo dos efeitos sobre a economia, levantamento prematuro do mesmo no natal de 2020, distribuição de contratos para fornecer EPIs e desenvolver um sistema de rastreio a torto e a direito com pouca fiscalização e ainda menos proveito, tudo levando a uma taxa de mortalidade das mais altas entre os países ocidentais), a situação no Reino Unido atualmente parece bastante positiva, mormente por causa de uma decisão que se tem revelado acertada: investir cedo e maciçamente em vacinas. De momento o país tem uma das mais altas índices de vacinação no mundo. No dia em que escrevo essas linhas, mais de 60% da população adulta já recebeu a primeira dose de vacina e mais de 40% a segunda. Pela primeira vez desde o começo da pandemia, houve um dia em que não se registrou nenhuma morte por COVID-19. Não obstante, e como diz uma expressão inglesa, ‘ainda não saímos do bosque’: um atraso em bloquear entradas de viajantes da Índia – supostamente para não gorar as oportunidades de firmar um acordo de livre comércio com aquela antiga colônia britânica, o que seria vital para os planos pós-Brexit do governo – pode ter sido mais um tiro que saiu pela culatra. No Reino Unido há mais de quatro milhões de habitantes de origem sudaásica. Começando em zonas onde há grandes comunidades indianas, como Luton a norte de Londres e Blackburn no Nordeste, a chamada variante Delta tem estado a alastrar rapidamente, talvez dando azo a uma terceira vaga da doença.

Tal como no mundo inteiro, perspectivam-se muitos efeitos secundários da pandemia no Reino Unido, desde alterações de padrões de trabalho até atitudes em relação ao consumo, saúde e transporte. Mas, a médio prazo, a maior mudança na era pós-COVID talvez seja o fim do Reino Unido tal como tem existido desde 1707, ano do Ato da União que fundiu os parlamentos inglês e escocês e criou o Reino Unido da Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e País de Gales) e Irlanda. Em 1923, a República de Irlanda tornou-se independente (exceto a província de Ulster, que permaneceu na união, e que está agora numa situação difícil e demasiada complicada para explicar aqui). Quem sabe se num futuro próximo a Escócia e até o País de Gales seguirão o mesmo rumo? Essas duas ‘home nations’ já possuem uma certa autonomia (a chamada ‘devolution’) e as próprias legislaturas. A Escócia sempre teve os próprios sistemas legal e educativo. No dia-a-dia pré-COVID essa autonomia nem sempre se notava de forma acentuada. Mas, quando se deu o primeiro confinamento, de repente viu-se uma situação em que as fronteiras entre a Inglaterra, Escócia e o País de Gales ficaram fechadas e as principais decisões afetando a vida cotidiana dos britânicos estavam a ser tomadas pelos premiês locais (Boris Johnson na Inglaterra, Nicola Sturgeon na Escócia, Mark Drakeford no País de Gales). A seriedade dos dois ‘celtas’ contrastou por completo com a percepção do desempenho de Boris Johnson e, em breve, sondagens na Escócia deram pela primeira vez uma clara maioria a favor da independência e o País de Gales viu índices de sentimento nacionalista nunca vistas. Ainda é muito cedo para saber se essas tendências são para continuar, ou se vão abater sob o efeito do desconfinamento e, quem sabe, o Brexit, mas não é impossível que um dos efeitos mais duradouros desta grande crise do início do século XXI será o fim do país que tanto dominou o século XIX”.

Prof. Dr. Rogério Miguel Puga – Portugal

“Desde o início de 2020 que o mundo enfrenta mais uma das inúmeras pandemias que marcam a História mundial e influenciam ficções que metaforizam a vida e a condição humanas. A população de Portugal respondeu serenamente ao apelo do Governo e contribuiu para o sucesso, embora com períodos mais graves (após o Natal), do combate à Covid-19. O distanciamento social deu lugar a inúmeras

manifestações de solidariedade e a algumas transformações pessoais e sociais, embora não tão intensas como alguns ‘romantizaram’.

O governo de Portugal decretou vários lockdowns quando os números assim o exigiram, valorizando a vida humana, em detrimento de interesses económicos, desenvolvendo campanhas para informar a população face à desinformação e a sucessivas *fake news* alarmistas, sendo o negacionismo um fenómeno circunscrito e reduzido. Felizmente. O objetivo das medidas governamentais foi sobretudo controlar o número de infectados para não tornar o Sistema Nacional de Saúde ineficaz e salvar o maior número de vidas. Esse cuidado também se verificou no processo de vacinação nacional, que é um sucesso no momento em que escrevo este breve texto sobre a crise humanitária, económica e social, mas também moral que o planeta enfrenta.

O desemprego e a pobreza aumentaram, tendo havido programas do governo para apoiar os mais desfavorecidos e vulneráveis, e a vida volta lentamente ao ritmo normal. Pandemias como a que enfrentamos podem despertar o melhor do ser humano, mas também o pior—do egoísmo à histeria—, e é esse o maior desafio para todos nós, sermos (e termos) melhor, em casa, na rua e na universidade, cujas salas de aula migraram para plataformas como o Zoom. A rapidez e eficácia da adaptação da maioria das universidades e escolas, dos estudantes e dos docentes foi exemplar nos dois semestres em que as aulas foram online e em regime misto.

Penso que entendemos todos a importância de um Estado Social robusto, sereno, democrático e com capacidade de resposta, bem como a inevitabilidade de o ritmo do nosso (tele)trabalho se tornar mais lento. No final desta crise, todos teremos histórias para contar, sobretudo histórias ‘de trazer por casa’, da quarentena aos momentos de solidão, quando decidimos proteger-nos (a nós e aos demais), refugiando-nos na (evasão permitida pela) cultura e literatura. Não admira, portanto, que obras como *A Peste* (1947), de Albert Camus, e *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), de José Saramago, nos tenham ajudado a (re)pensar, de forma metafórica e crítica, a nossa própria contemporaneidade, os meandros mais ‘obscuros’ de certas forças políticas e ideológicas (pestes) e as consequências das nossas escolhas pessoais e colectivas. É esse também o poder da literatura/ficção, se assim o leitor o entender”.

Profa. Dra. Maria Perla Araújo Morais – Brasil

“No começo de 2020, ouvimos, com preocupação, que Wuhan, na China, estava em quarentena por causa do coronavírus. Até aquele momento, o termo “quarentena” só fazia parte de filme de ficção científica, mas, rapidamente, começaram a circular nas redes sociais imagens e vídeos, que se diziam ser de Wuhan, em que a cidade aparecia mergulhada num silêncio apreensivo. Mesmo assim, havia um certo otimismo de que o vírus não chegasse com tanta força no Brasil. As *fake news* que sustentavam esse sentimento eram muitas: desde a crença de que, em território tropical, a “epidemia” seria mais fraca, até a divulgação de remédios e vitaminas populares, responsáveis por curar qualquer doença. Em março de 2020, a epidemia foi alçada à categoria de pandemia pela OMS, diante dos números crescentes de casos e mortes. Nessa época, no Brasil, todos ficaram chocados com a Itália que chegava a 500 mortes por dia. Pensávamos: como um país pode perder 500 pessoas por dia para um vírus?

Nas cidades brasileiras, as informações eram desconstruídas e não havia uma orientação segura do que fazer a não ser lavar as mãos e não sair de casa. Nem mesmo o uso de máscara era consenso, sobretudo dentro das políticas oficiais de enfrentamento da pandemia. O discurso do Estado brasileiro oscilava entre negar a pandemia ou remediá-la. A cidade onde moro (Palmas, Tocantins) entrou em lockdown por meses, só funcionando os chamados serviços essenciais (supermercados, farmácias e hospitais). No começo, as máscaras cirúrgicas e álcool 70% sumiram das prateleiras e começamos a usar máscaras de tecido. A minha primeira máscara foi confeccionada aqui em casa, porque não havia oferta desse produto. Lembro-me de que, em mensagens, repassávamos informações de onde achar álcool 70% em gel, mas os produtos se esgotavam rapidamente, antes de conseguirmos comprá-los. Nas casas, quem podia estocava comida, com medo das cenas de enormes filas em supermercados em outros países.

Não havia e como ainda não há nesse momento, uma coordenação nacional de enfrentamento. Lockdowns, quarentenas, toques de recolher são decretados, mas enfrentavam resistência da população e de representantes de poderes públicos. Desde o começo, muitos negaram a existência da doença centrados no argumento do impacto econômico da pandemia. Muitas frases ratificaram o negacionismo, como “ou morreremos pelo coronavírus ou morreremos de fome”. Quem não vê a possibilidade de pensar propostas para além dessa torna-se aquele que naturalizou que existem corpos

que são feitos para morrer e o modo da morte não importa muito. Afirmo que a luta pela vida é só um privilégio e não um direito. Nesse sentido, foi necessária muita luta política para que o auxílio emergencial, uma renda mínima para os trabalhadores afetados pela pandemia, fosse aprovado em 2020 e prorrogado em 2021.

Quem acreditava na pandemia e pedia para aqueles que pudessem ficarem em casa era atacado como medroso, covarde, preguiçoso ou comunista. Um tipo de nacionalismo populista se fortaleceu, dividindo a sociedade entre os defensores da nação e os seus inimigos, e várias ideias preconceituosas afirmando que brasileiro era forte e resistente a doenças estavam nas conversas diárias. Amparados no chamado “tratamento precoce”, muitos recomendavam vermífugos, remédios antimaláricos e antibióticos para a cura do coronavírus. Em um dado momento, “o placar da vida” foi divulgado por órgãos oficiais do governo brasileiro, capitaneado por dados relativos à “brasileiros salvos”, o que demonstrou uma mudança na comunicação oficial sobre a pandemia. Essa estratégia e outras mudanças como a do horário de divulgação dos números relativos à doença fez com que os veículos de comunicação formassem um consórcio para maior transparência dos dados relativos à pandemia.

Enquanto isso, os números de mortos, hospitalizados e contaminados aumentava assustadoramente. Os sistemas de saúde de diferentes estados colapsaram com falta de leitos, hospitais, remédios para entubação e oxigênio. Chegamos, então, entre março e abril de 2021, ao trágico número de mais de 4.000 mortes por dia e, se no começo, espantávamos com os trágicos números da Itália, infelizmente aqui ainda há muita falta de sensibilidade, de empatia e de respeito com as milhares de vítimas do coronavírus. No momento, pouquíssimas pessoas estão sendo vacinadas, sobretudo porque não houve um investimento maciço na compra de vacinas suficientes e há uma tentativa de deslegitimar a imunização com a discriminação de alguns países produtores do imunizante e até com o questionamento da eficácia das vacinas. O enfrentamento responsável da pandemia no Brasil encontrou e encontra entraves políticos significativos o que contribui para a conjuntura caótica em que estamos”.

Com vimos nessa pequena amostra, os países adotaram medidas distintas para o enfrentamento do maior episódio de pandemia da história mundial recente. Acreditamos que o modo como construímos esses enfrentamentos impacta na construção do futuro de nossas sociedades pós-pandêmicas.

Nesse sentido, gostaríamos de agradecer imensamente a todos as pesquisadoras e pesquisadores que submeteram seus artigos em nosso dossiê. Alinhados com nossa proposta, os artigos são reflexões atuais urgentes que nos ajudam a entender o passado e imaginar futuros, movimentando esforços para discutir as diferentes desigualdades a partir da literatura.

O número expressivo de textos nos possibilitou publicar dois números da revista. Neste primeiro número, enfatizamos, na apresentação, o contexto da pandemia porque sabemos das adversidades encontradas por todos aqueles que se dedicam a fazer ciência num momento tão trágico como esse. Os artigos que compõem esse número nos mostram a importância dos registros literários diversos para que novas formas de ver, projetar e lembrar da sociedade sejam possíveis. Apesar de que esses registros só possam ser feitos por certos grupos, enfatizamos que todos têm o direito à expressão. A riqueza das discussões levantadas nos artigos é a própria riqueza de nossas democracias, que são atacadas mas, igualmente, continuam sendo defendidas.

Prof. Dr. Paul Melo e Castro – Universidade de Glasgow, Escócia

Prof. Dr. Rogério Miguel Puga – Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Profa. Dra. Maria Perla Araújo Morais – Universidade Federal do Tocantins, Brasil